

Identidade caiçara: entre o local e o global

Lucia Helena de Oliveira Cunha
(antropóloga, professora da UFPB)

Conquanto recoberta ou mesclada por atividades exógenas à vida pesqueira – com a crescente expansão dos processos modernizantes (ou globalizantes) no território da pesca artesanal –, incursões à ilha do Mel (situada no litoral do Paraná) evidenciaram que sua identidade cultural, ainda que reconstruída na atualidade, integra o universo caiçara, mesmo que em muitos casos se pronuncie de modo fragmentário.

Embora haja imersão nas atividades turísticas que tomam conta do lugar intensamente nas temporadas e nos feriados, percebeu-se que a identidade do pescador é afirmada e reafirmada na prática produtiva e cultural cotidiana, revelando fortes elos com o mundo marítimo. Carregada de ambivalências decorrentes da invasão de agentes externos em suas áreas tradicionais, essa manifestação identitária parece, pois, não se dissolver ou se quebrar com o desenvolvimento de outras atividades, ainda que talvez esteja redefinida em seu significado mais profundo.

Mesmo inseridos no mundo turístico, toda vez que indagados sobre sua profissão os ilhéus se auto-identificam como pescadores profissionais que desenvolvem a pesca artesanal em várias épocas do ano, principalmente no inverno. Ou, em outros termos, combinando a pesca com a atividade turística – ainda que esta represente a principal fonte de renda –, eles talvez expressem uma identidade dual. Essa oscilação entre dois mundos, entre dois tempos, pode engendrar – desde que revestida de novos significados – uma genuína experiência de reconfiguração das relações entre o particular e o universal (Cunha).

Viver a pluralidade cultural dentro de uma perspectiva universalista pode representar a possibilidade de encontro com outros mundos, a partir de uma consciência aguda de historicidade e da necessidade de revitalização da identidade cultural mediante relações de permanente troca de idéias e

experiências entre o local e o global, em um circuito dialógico, ainda que os pescadores estejam conectados com o mundo por meio de uma perversa lógica dominante. O que importa considerar é que, em face de tal realidade, as noções de tempo e de espaço devem ser repensadas em uma recombinação que propicia novas sínteses históricas.

Nos termos da formação dessa dualidade identitária, o local não se constitui como o único contexto que prevalece para a identificação do ilhéu – que, de certa forma, desde as origens esteve integrado nas redes mais amplas e atualmente se relaciona direta ou indiretamente com as várias partes do mundo. Portanto, como assinala Marcus, “uma abordagem etnográfica modernista requer que esse processo de dispersão de identidade em muitos lugares de natureza diversa seja apreendido”, pois ocorrem dispersões do sujeito na construção de uma nova subjetividade.

De igual maneira, com o fenômeno da globalização, o conceito de tempo cronológico que coloca as tradições (algumas tradições) como algo ultrapassado deve ser revisto, pois na contemporaneidade a percepção de “nós” e do “outro” se configura em múltiplas expressões e sinais simultâneos.

A questão que se coloca no âmbito desse raciocínio é que, se as pretensões da modernidade supõem abertura indefinida para o futuro, em que medida é possível pensar e repensar essa abertura voltada também para o passado em um olhar sábio (e simultâneo) para a frente e para trás? Ou, como sugere Jameson, até que ponto é possível pensar em uma linha de rotação de tempo que envolva o atrás sem ir para trás?

Nesse sentido, considerando a não-linearidade dos processos de globalização, o passado pode ser atualizado e repostado nas práticas culturais distintas na construção e reconstrução da identidade cultural do pescador, articulando temporalidades distintas entre tradição e modernidade, entre local e global.